



Sua sessão expira em: 17 Minutos 51 Segundos

- [Página Inicial](#)
- [Ações de 1º Grau »](#)
- [Ações de 2º Grau »](#)
  - [Intimações »](#)
  - [Audiências »](#)
  - [Sessões 2º Grau »](#)
- [Buscas para Peticionar »](#)
  - [Estatísticas »](#)
  - [Outros »](#)
- [Sair do Sistema](#)

Processo nº 0010786-51.2012.818.0117 ( 169 dias em tramitação )


	Nome	Identidade	CPF	Advogados	Endereço
Promovente	 NACES FRANCISCO DE SOUZA CRUZ	275018106 SSP/	329.082.455-15	<a href="#">Mostrar/Ocultar</a>	
Promovido	 SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.		09.248.608/0001-04	<a href="#">Mostrar/Ocultar</a>	
Testemunha	Nome	Identidade	CPF	Advogados	Endereço
Terceiro	Nome	Identidade	CPF	Advogados	Endereço

Proc. Principal	O Próprio	Proc. Dependentes	Recursos Originários/Ações Autônomas
Juízo:	JECC de Valença Juiz: KEYLLA RANYERE LOPES TEIXEIRA PROCOPIO		
Assunto:	Seguro « Espécies de Contratos « Obrigações « DIREITO CIVIL		
Complementares:			
Classe:	Procedimento do Juizado Especial Cível « Procedimento de Conhecimento « Processo de Conhecimento « PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO		
Segredo de Justiça	NÃO		
Fase Processual:	CONHECIMENTO	Objeto	<b>OBJETO NÃO CADASTRADO</b>
Situação:		Data de Distribuição	7 de Agosto de 2012 às 09:42:44
Valor da Causa:	R\$ 12.656,25	Último Evento	Processo Arquivado
Cartório Extrajudicial:		Prioridade	
Petições P/ Analisar:	0 petição(ões)	Prazos Para certificar em Vara	0 intimações 0 cumprimentos do cartório
INEXISTENTE			

## Destacar movimentações realizadas por:



<input type="checkbox"/> Magistrados	<input type="checkbox"/> Secretaria	<input type="checkbox"/> Advogados	<input type="checkbox"/> Ministério Público	<input type="checkbox"/> Cartórios Extrajudiciais	<input type="checkbox"/> Turma Recursal	<input type="checkbox"/> Outros
--------------------------------------	-------------------------------------	------------------------------------	---	---	---	---------------------------------

## Navegar pelo Processo

Nº	Eventos do Processo	Data	Perfil	Movimentado por	Arquivos/Observação
30	Processo Arquivado (EXTINÇÃO DO ART. 269 CPC)	23/01/2013 15:00	Assessor de Magistrado	JEAN GOMES LELIS	
29	Juntada de Cumprimento Genérico	23/01/2013 15:00	Assessor de Magistrado	JEAN GOMES LELIS	
28	Juntada de Alvará	12/11/2012 10:29	Assessor de Magistrado	JEAN GOMES LELIS	
27	Decisão ou Despacho Homologação	09/11/2012 08:22	Juiz de Direito	JOSE OSVALDO DE SOUSA	



Sua sessão expira em: 17 Minutos 51 Segundos

- [Pagina Inicial](#)
- [Ações de 1º Grau »](#)
- [Ações de 2º Grau »](#)
  - [Intimações »](#)
  - [Audiências »](#)
  - [Sessões 2º Grau »](#)
- [Buscas para Peticionar »](#)
  - [Estatísticas »](#)
  - [Outros »](#)
- [Sair do Sistema](#)

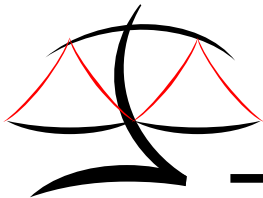
<input type="checkbox"/>	20	PINTO) em 18/09/12 *Referente ao evento Juntada de Intimação(18/09/12) Intimação expedido(a) (P/ Advgs. de SEGURADORA	18/09/2012 17:08	Advogado	HERISON HELDER PORTELA PINTO	
<input type="checkbox"/>	19	LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.)	18/09/2012 10:58	Assessor de Magistrado	EXPEDITO PEREIRA DA SILVA NETO	
<input type="checkbox"/>	18	Juntada de Intimação  HABILITAÇÃO ADMITIDA - HERISON HELDER PORTELA PINTO 5367 N/PI (Advogado Habilitado)	18/09/2012 10:58	Assessor de Magistrado	EXPEDITO PEREIRA DA SILVA NETO	
<input type="checkbox"/>	17	Promovido SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.	18/09/2012 07:38	Diretor de Secretaria	CARLOS WELLINGTON MONTEIRO VELOSO	
<input type="checkbox"/>	16	Juntada de Certidão Intimação lido(a) (Por NACES FRANCISCO DE SOUZA CRUZteve sua leitura registrada automaticamente pelo sistema, por ter se passado o período máximo de tempo, de 10 dias, para leitura voluntária do destinatário, sem que este o tenha feito.) em 17/09/12 *Referente ao evento Juntada de Termo de Audiência(06/09/12) Expedição de Intimação (Para SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.)	18/09/2012 07:37	Diretor de Secretaria	CARLOS WELLINGTON MONTEIRO VELOSO	
<input type="checkbox"/>	15	Intimação expedido(a) (P/ Advgs. de NACES FRANCISCO DE SOUZA CRUZ) Audiência Instrução e Julgamento Designada (Agendada para 28	18/09/2012 00:00	Administrador do Sistema	SISTEMA CNJ	
<input type="checkbox"/>	14	Intimação expedido(a) (P/ Advgs. de NACES FRANCISCO DE SOUZA CRUZ)	06/09/2012 11:10	Conciliador	ELIANE MARIA DE SOUSA	
<input type="checkbox"/>	13	Audiência Instrução e Julgamento Designada (Agendada para 28	06/09/2012 11:10	Conciliador	ELIANE MARIA DE SOUSA	
<input type="checkbox"/>	12		06/09/2012 11:10	Conciliador	ELIANE MARIA DE SOUSA	

Sua sessão expira em: 17 Minutos 51 Segundos

- [Pagina Inicial](#)
- [Ações de 1º Grau »](#)
- [Ações de 2º Grau »](#)
  - [Intimações »](#)
  - [Audiências »](#)
  - [Sessões 2º Grau »](#)
- [Buscas para Peticionar »](#)
  - [Estatísticas »](#)
  - [Outros »](#)
- [Sair do Sistema](#)

<input type="checkbox"/>	6	Citação expedido(a) Para SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.	07/08/2012 11:18	Diretor de Secretaria	WILMARA VIEIRA MOURA	
<input type="checkbox"/>	5	Expedição de Citação Para SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.	07/08/2012 09:42	Administrador do Sistema	SISTEMA CNJ	
<input type="checkbox"/>	4	Intimação lido(a) (Para NACES FRANCISCO DE SOUZA CRUZ) em 07/08/12 *Referente ao evento Audiência Conciliação Designada(07/08/12) Audiência Conciliação Designada	07/08/2012 09:42	Administrador do Sistema	SISTEMA CNJ	
<input type="checkbox"/>	3	(Agendada para 6 de Setembro de 2012 às 10:30)	07/08/2012 09:42	Administrador do Sistema	SISTEMA CNJ	
<input type="checkbox"/>	2	Distribuído por Sorteio J.E. Cível de Valença	07/08/2012 09:42	Administrador do Sistema	SISTEMA CNJ	
<input type="checkbox"/>	1	Recebido pelo Distribuidor Origem: OAB8509NPI	07/08/2012 09:42	Advogado	JOAQUIM RONALDO DA SILVA SANTOS	

[Voltar](#)[Config. Impressão](#)[Imprimir](#)



**EXM SR. DR. JUÍZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE  
VALENÇA DO PIAUÍ/PI**

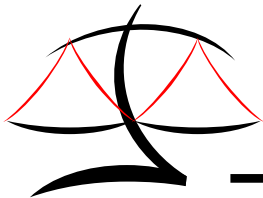
**NACES FRANCISCO DE SOUZA CRUZ**, brasileiro, portador da cédula de R.G.: sob nº 275018106 SSP/SP e CPF: 329.082.455-15, residente e domiciliado no Pv Angico, 510, Zona Rural em Lagoa do Sítio – PI, CEP 64308-000, vem, respeitosamente, à presença de V.Exa., por intermédio de seu advogado *in fine* assinado, para propor, com fulcro no artigo 3º da Lei 6.194/74 e demais disposições legais aplicáveis à matéria a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO DPVAT**

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado regularmente conveniada junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, CNPJ nº. 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Centro – Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.0312-05, pelas razões de fato e de Direito a seguir elencados:

**I – DO ESCORÇO FÁTICO:**

O requerente foi vítima de um acidente de trânsito no dia 28 de novembro de 2012, as 22 h, quando trafegava pela estrada que liga o Assent. Arizona I à Lagoa do Sítio (PI), via sem pavimentação asfáltica, em ruim estado de conservação, conduzindo uma motocicleta HONDA CG 125 TITAN KS, cor vermelha, placa: LVY/0050 – Teresina - PI, licenciada em nome de Bernardo Elias de Aguiar Filho, que conduzia normalmente em sua mão de direção quando derrapou em uma poça de lama e perdeu o controle do veículo



vindo em seguida a tombar sobre a pista de rolamento juntamente com o veículo, sofrendo graves lesões, tais como: **Politraumastismo com traumatismo de ombro direito com luxação, edema e hematoma locais; traumatismo de perna direita hematoma e queimadura de 1º Grau e escoriações múltiplas pelo corpo, apresentando assim, redução da capacidade funcional de 80 % do membro superior direito, devido ao traumatismo de ombro D com edema e hematoma local**, conforme consta no relatório médico e Ficha de entrada no Pronto Socorro do Hospital Regional Eustáquio Portela, ora apresentados. Além da conseqüente **deterioração do veículo que restou avariado no farol, painel, pára-lama, rabeta do chassi, retrovisor, sinaleira traseira, tanque, dentre outros.**

Assim, requereu a **indenização do seguro DPVAT**, conforme **art. 3º alínea “II” da lei 6.194/74, com alteração introduzida pela Lei nº. 11.482/2007** que, ao tempo do acidente, determinava o pagamento de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), em casos de **invalidez permanente**, ocasião em que enviou todos os documentos necessários para a seguradora requerida.

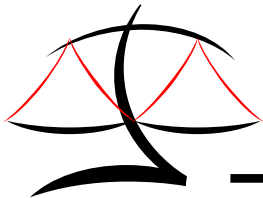
Todavia, não obstante a seguradora tenha constatado e reconhecido a invalidez decorrente do acidente narrado, consoante a documentação anexa, o promovente **foi indenizado em apenas R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), em 17/04/2012, valor este infinitamente inferior** ao valor fixado pela Lei 6.194/74 e alterações posteriores, razão pela qual é a presente para pleitear a diferença existente entre o valor recebido e o devido, conforme será exposto nos tópicos seguintes:

## **II – DA LEGITIMIDADE PASSIVA**

A requerida é Seguradora regularmente conveniada junto à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, sob o Código FIP nº 05690, logo, encontra-se legalmente obrigada a cumprir os termos estipulados para operar junto ao seguro DPVAT.

Determina a vigente Resolução nº 109/2004, no seu Art. 5º, § 4º, in verbis:

Art. 5º Para operar no seguro DPVAT, as sociedades seguradoras deverão aderir, simultaneamente, aos dois convênios específicos, um englobando as categorias 1, 2, 9 e 10 e o outro, as categorias 3 e 4.



(...)

§4º Os convênios de que trata o “caput” deste artigo deverão estipular que qualquer uma das sociedades seguradoras se obriga a pagar a devida indenização pelas reclamações que lhe forem apresentadas.

Assim, diante do princípio da solidariedade que se evidencia claramente na transcrição do artigo suso transcrito, a Requerida está legitimada para figurar no pólo passivo da presente demanda.

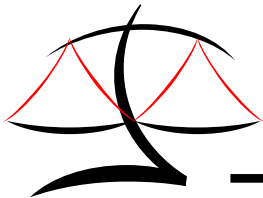
Evidenciando mais ainda o **princípio da solidariedade a que deve está submetida a Requerida**, prevê o Art. 7º, “caput”, da Lei nº 6.194/74, o qual transcrevemos, *in litteris*:

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.

Nesse sentido, é o pacífico entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, o qual colacionamos, *in verbis*:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO QUE NÃO LOGRA INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. **ACIDENTE DE TRÂNSITO. LEGITIMIDADE PASSIVA.** SEGURADORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL.

1. Mantém-se na íntegra a decisão recorrida cujos fundamentos não foram infirmados.



2. Qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização correspondente ao seguro obrigatório, assegurado o direito de regresso. Precedentes.

(...)

6. Agravo regimental improvido.”

(AgRg no Ag 870.091/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 20/11/2007, DJ 11/02/2008 p. 106).

### III – DO DIREITO

A Lei que trata do referido seguro é a de número lei 6.194/74, a qual já foi alterada algumas vezes, principalmente pela Lei nº. 11.482/2007, modificando o valor relativo as indenizações. Portanto, a redação vigente à época do acidente rezava:

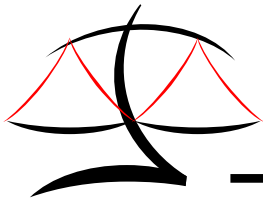
“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada: (...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

[...]

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos.” (grifos nossos)



Portanto, verifica-se que qualquer pessoa, na hipótese de ser vitimada em acidente de trânsito, e desde que haja invalidez permanente ou parcial de qualquer grau, terá direito a uma importância pecuniária a título de indenização, a qual, no caso em baila, foi fixada por lei em valor equivalente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Ocorre, no entanto, que a despeito de ser límpido o direito do autor, **notadamente porque houve o reconhecimento administrativo da invalidez pela própria seguradora**, o autor recebeu um valor muito inferior ao que deveria, por direito, ter recebido, ensejando, por via oblíqua, o enriquecimento sem causa da seguradora ré, bem como lesão aos mais comezinhos princípios do direito.

De fato, é patente o pagamento a menor da indenização, senão vejamos:

Indenização devida  $\Rightarrow$  R\$ 13.500,00

Indenização recebida  $\Rightarrow$  = R\$ 843,75

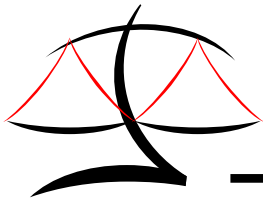
**Diferença/valor exigido  $\Rightarrow$  = R\$ 12.656,25**

Desse modo, em vista da recusa da Seguradora em pagar a indenização integral pelo sinistro, muito embora tenha reconhecido na via administrativa a invalidez, não restou outra alternativa senão acionar este Poder Judiciário **para que imponha a seguradora a obrigação de pagar a complementação da sua indenização, correspondendo ao remanescente de R\$ 12.656,25 (doze mil, seiscentos e cinqüenta e seis reais e vinte e cinco centavos)**, a ser devidamente atualizado até o efetivo pagamento, acrescidos correção monetária, desde a data do sinistro, conforme determina o E. Superior Tribunal de Justiça, a teor do REsp 788.712/RS, e de juros moratórios a partir da citação da seguradora, a teor do 1085564/SP.

#### **Da Violação ao princípio da legalidade.**

O caso que ora trazemos à baila diz respeito à discussão sobre o pagamento a menor de indenização pela seguradora, fundamentada em resoluções em desacordo com o estabelecido em lei.

Cumprе estabelecer, *ab initio*, que o seguro obrigatório, diferentemente dos demais contratos desta natureza, é regulamentado por legislação específica, sendo a indenização fixada em lei e insuscetível de transação.



Não obstante a isso, as seguradoras, fundamentadas em atos infralegais, notadamente através de Resoluções da SUSEP, efetuam pagamentos indenizatórios de forma diferenciada, tabelando graus de invalidez, não obstante tal prática viole escancaradamente o princípio da legalidade, já que normas infralegais não podem inovar, ir além do que estipulado em lei, sobretudo quando legislam e se beneficiam, por que não dizer, em causa própria, como é o caso das resoluções da SUSEP.

Entretanto, indubitavelmente não podem as deliberar sobre os valores especificados em lei, senão por meio da própria lei. Ora, se a lei não faz qualquer diferenciação para as espécies de invalidez, não pode um ato infralegal fundamentar o pagamento de forma diferente ao que estabelecido legalmente.

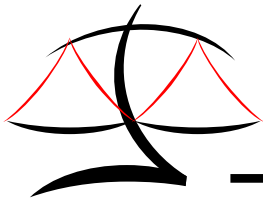
É de se ver, que a rigidez da norma legal, pela especificidade do seguro em análise, tem por objetivo a proteção da parte mais fraca da relação contratual, no caso o segurado, não podendo ser modificada pela vontade unilateral das seguradoras.

Nessa esteira, percebe-se claramente que o pagamento efetuado a menor com base nas resoluções internas do CNSP, violam o PRINCÍPIO DA HIERARQUIA DAS NORMAS, por ser norma hierarquicamente inferior a Lei Ordinária Federal, não cabendo, portanto, especificarem o grau de invalidez dos beneficiários.

Vejamos o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, concernente a matéria, litteris:

**APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS PESSOAIS**

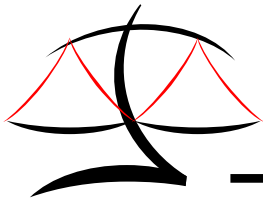
Condenação do apelante ao pagamento do DPVAT, face a invalidez sofrida pelo apelado. Preliminar de carência de ação rejeitada. Princípio da inafastabilidade da jurisdição. (art. 5º XXXV, da CF). Alegativa de ilegitimidade passiva do apelante não acolhida. Indenização pode ser cobrada de qualquer seguradora integrante do consórcio (art. 7º da Lei nº 6.194/74). Salário mínimo utilizado para fixação da indenização. Observância da legislação, em vigor à época do sinistro (art. 3º b, Lei nº 6.194/74). Apelação cível conhecida, mas para negar-lhe provimento, mantida, in totum, I- não há



como prosperar a preliminar de carência de ação, por falta de interesse de agir, pois, o direito de o apelado requerer indenização a que faz jus, não está condicionado ao esgotamento da via administrativa, sob pena de violar o princípio da inafastabilidade da jurisdição, como também há de ser afastada a alegativa de ilegitimidade passiva do apelante, por que diante da ausência de identificação da seguradora do veículo causador do acidente, o art. 7º, da Lei nº 6.194/74, autoriza a cobrança da indenização a qualquer seguradora integrante do consórcio constituído por todas as sociedades seguradoras, que operem com esse tipo de seguro. II- in casu indexador para a atualização da indenização deferida, mas, sim, para a sua própria fixação, não emergindo, com isto, qualquer ofensa ao disposto no art. 7º, IV, da CF, porque se destina somente a garantir a identidade dos valores mensurados no tempo, vez que, os valores das indenizações, cobertas pelo seguro DPVAT, devem observar a legislação vigente à época do sinistro. III. Apelação cível conhecida, mas para negar-lhe provimento, mantida, IV. Decisão por votação unânime. (TJPI; AC 03.000371-7; Primeira Câmara Especializada Cível; Rel. DES. RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO; DJPI 15/10/2009; PÁG. 9).

Corroborando o mesmo entendimento, transcrevemos a seguir importante julgado do Tribunal de Justiça do Ceará, *“ipsis verbis”* :

“PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. GRAU DE INVALIDEZ. LEI 6.194/74. INDENIZAÇÃO. PARÂMETRO. SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. SENTENÇA REFORMADA. 1.O valor da indenização do seguro obrigatório - DPVAT para vítimas de acidente de trânsito que sofreram invalidez permanente, está disposto no artigo 3º, alínea "b", da Lei nº 6.194/74, ou seja, até 40(quarenta) salários mínimos. 2.É desnecessário aferir o grau de invalidez permanente para se ter direito a indenização do seguro obrigatório DPVAT, uma vez constatada, não importa o seu grau, se máximo ou mínimo, sendo devida a indenização no patamar de quarenta salários mínimos, portanto, na hipótese, não poderia o magistrado a quo, julgar improcedente o pedido autoral considerando que o gravame suportado pela vítima, em decorrência do acidente automobilístico não justifica o pagamento da pretendida indenização em seu grau máximo. 3.A condenação da indenização vinculada ao salário mínimo constitui apenas parâmetro da base de cálculo do valor



indenizatório. Ausência de incompatibilidade legal. Precedentes do STJ e desta Câmara. 4. Recurso conhecido e provido.” (TJCE - Apelação 2009.0002.0570-7/1, Relator Des. ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES, 3ª Câmara Cível) (grifo nosso)

Diante de todo o exposto, não resta qualquer dúvida de que o Requerente faz jus à diferença existente entre o valor recebido e o valor a que tinha direito a receber, conforme restou cabalmente demonstrado na presente peça.

#### **IV – DOS PEDIDOS**

Face aos fatos e fundamentos expostos, REQUER-SE de Vossa Excelência:

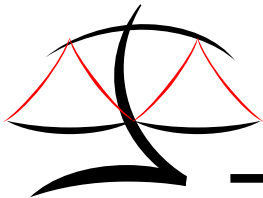
a) o recebimento, registro e autuação da presente nos exatos termos da lei nº 9.099/95, com a imediata marcação de audiência de conciliação, instrução e julgamento;

b) determinar que a requerida EXIBA todos os documentos apresentados quando do requerimento administrativo da indenização, sob pena de multa diária no valor de 01 (UM) salário mínimo mensal, como forma de dirimir todas as eventuais dúvidas que norteiem a presente lide, com fundamento no que estabelece o artigo 355 do Código de Processo Civil;

c) determinar a citação da promovida mediante carta de citação com aviso de recebimento, para querendo contestar a presente ação, no prazo legal, sob pena de confissão e revelia em consonância com o art. 20 da Lei nº 9.099/95

d) requer, ainda, a inversão do ônus da prova, de modo que fique sob a responsabilidade da seguradora provar a inoccorrência dos fatos aqui alegados, nos termos das disposições do Código de Defesa do Consumidor;

e) seja a presente ação julgada INTEIRAMENTE PROCEDENTE, de modo a condenar a Requerida ao pagamento da diferença do valor do seguro obrigatório determinado pela lei nº 6.194, de 1974, no seu artigo 3º, alínea “II”, posteriormente



modificada peça Lei nº. 11.482/2007, importando no montante de **R\$ 12.656,25 (doze mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos)**, a ser devidamente atualizado até o efetivo pagamento e acrescidos de juros moratórios;

f) que seja a Requerida condenada ao pagamento das custas processuais e honorários de sucumbência;

Protesta provar o alegado por todos os meios admitidos em direito admitidos, inclusive a prova documental e testemunhal.

Dá-se à causa o valor R\$ 12.656,25 (doze mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos),

Termos em que

Pede e espera deferimento.

Valença do Piauí (PI), 25 de junho de 2012.

**JOAQUIM RONALDO DA SILVA SANTOS**  
Advogado OAB/PI 8509

**JOSÉ ITAMAR DA SILVA**  
Advogado OAB/PI 7901-A

## PROCURAÇÃO AD JUDICIA

**OUTORGANTE(S):** **NACES FRANCISCO DE SOUZA CRUZ**, brasileiro, portador da cédula de R.G.: sob nº 275018106 SSP/SP e CPF: 329.082.455-15, residente e domiciliado no Povoado Angico, 510, Zona Rural, Lagoa do Sítio – PI, CEP 64308-000.

**OUTORGADOS:** **JOSÉ MARIA DE ARAÚJO COSTA**, brasileiro, advogado inscrito na OAB/PI sob o n.º6761; **JOSÉ ITAMAR DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, com OAB-PI nº 7901-A; **JOAQUIM RONALDO DA SILVA SANTOS**, brasileiro, solteiro, advogado, com OAB-PI nº 8509; ambos com escritório profissional na Rua Eurípedes Martins, n.º 595, Centro, CEP- 64.300-000. Valença do Piauí-PI.

**PODERES:** Para o foro em geral, com os poderes da cláusula "**ad judicium**", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive em processo administrativo disciplinar, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo(s) nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe(s), ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo, ainda, substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Valença do Piauí-PI, 25 de maio de 2012

  
OUTORGANTE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTÃO NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME: **FRANCISCO DE SOUSA CRUZ**

SOC. IDENTIFIC. / CMC. EMISSOR / UF: **275018106 SSP SP**

CIV: **329.082.455-15** DATA NASCIMENTO: **05/05/1964**

PROFISSÃO: **FRANCISCO DE MARIA BAR  
MARE DA VERA CRUZ  
HELENA DE SOUSA**

PERMISSÃO: **D** AC: **D** OUT. ANO: **D**

NP REGISTRO: **02801007797** VALIDADE: **23/03/2011** 1ª HABILITAÇÃO: **28/11/1996**

VÁLIDA EM TODOS  
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS  
997568707

OBSERVAÇÕES:

APTO D/ TRANSPORTE REMUNERADO

*Francisco de Sousa Cruz*  
Assinatura do titular

LOCAL: **VALENÇA DO PIAUI, PI** DATA EMISSÃO: **23/04/2008**

*Yma Helena Alves*  
Assinatura do emissor

99057111080  
PI006980732

DETRAN-PI(PIAUI)

PROVISÓRIO PLASTIFICAR  
997568707



**Distribuição Piauí**

Av. Maranhão, 750 - Centro Sul - Teresina-PA  
CNPJ: 06.840.748/0001-89 - IE: 199013837  
CEP: 64001-010 - www.ceplap.com.br

# FATURA ENERGIA ELÉTRICA BAIXA TENSÃO

NOTA FISCAL Nº 000.396.530

APRESENTAÇÃO  
21/12/2011

VENCIMENTO  
28/12/2011

MÊS FATURADO  
DEZEMBRO/2011

VALOR  
21,27

A Tarifa Social de energia foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

Para contato com a empresa informar o código único

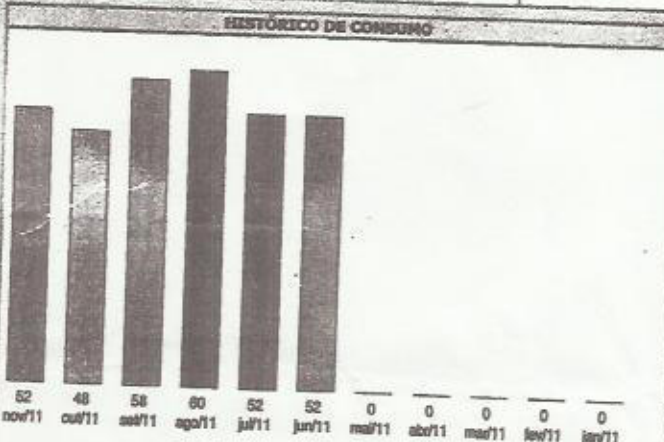
0902774-2

Número FD 00

NOME OU RAZÃO SOCIAL / ENDEREÇO / CIDADE		CPF OU CNPJ	COD. ATIV.
MARIA ORILENE DO ROSARIO SOUSA PV ANGICO 510 LAGOA DO SITO B-RURAL LAGOA DO SITO		28144639855	
CEP: 64308-000			COD. AGRUP.

LOCALIZAÇÃO					CLASSE					CÓDIGOS			TENSÃO PONTO ENTREGA (V)		
COR	LOCAL	SETOR	ROTA	SEQUÊNCIA	CLASSE	CLASSE	SUBCLASSE	TIPO DE LIGAÇÃO	NORMAL	MÍNIMA	MÁXIMA				
067	474	08	040	082000	RESIDENCIAL	01	04	MONOFASICA	220	201	231				

DADOS DA MEDIÇÃO					DATAS DE LECTURA			DIAS FAT.	COD. IRR
MEDIDOR	CONST.	LEITURA	CONSUMO		ANTERIOR	ATUAL	PRÓXIMA		
CÓDIGO E NÚMERO A902043	1,00000	ANTERIOR 1913	ATUAL 1970	kwh 57	09/11/2011	10/12/2011	10/01/2012	31	



DADOS DO FATURAMENTO			
DESCRIÇÃO	FATURADO (kWh)	TARIFA (R\$/kWh)	VALOR (R\$)
CONSUMO	30	0,187308	5,61
CONSUMO	27	0,321102	8,68
DIFERENÇA TARIFA			17,33
CONTRIB. ILM. PÚBLICA			2,68
DEVOLUÇÃO SUBVENÇÃO BASTA RENDA			-13,21
ICMS SUBVENÇÃO BASTA RENDA 3,50			
PIS - 0,27			
COFINS - 1,24			
<b>TARIFA HOMOLOGADA SEM IMPOSTOS (R\$ / kWh)</b>			
1 a 30	0,14095	31 a 100	0,24163
101 a 220	0,36244	221 a 100000	0,40289
100001 a 999999	0,41996		

HISTÓRICO DE PAGAMENTO				
MÊS/ANO	FD	VENCIMENTO	VALOR	DATA PAGAMENTO
11/2011	0	28/11/2011	35,56	28/11/2011
10/2011	0	03/11/2011	27,01	04/11/2011
09/2011	0	27/09/2011	21,23	30/09/2011
08/2011	0	29/08/2011	19,61	31/08/2011
07/2011	0	01/08/2011	16,95	28/07/2011
06/2011	0	28/06/2011	16,92	28/06/2011

MÉDIA DE CONSUMO			
ÚLTIMOS 3 MESES	53	ÚLTIMOS 12 MESES	32
COMPOSIÇÃO DA TARIFA			
DISTRIBUIÇÃO	ENERGIA	TRANSMISSÃO	ENCARGOS
12,08	8,57	1,45	1,85
DADOS ICMS			
BASE CÁLCULO	31,80	ALÍQUOTA 20%	VALOR 6,36

**RESERVADO AO FISCO**  
3E416239825EB5935E3B7D9108914EE1

INDICADORES DE CONTINUIDADE DO FORNECEDOR				
DISCRIMINAÇÃO	Mensal	Realizado	Trimestral	Anual
DURAÇÃO E INTERRUPTÃO INDIVIDUAL POR UNIDADE CONSUMIDORA	13,98	27,97	55,94	
FREQUÊNCIA DE INTERRUPTÃO INDIVIDUAL POR UNIDADE CONSUMIDORA	9,48	18,9	37,92	
DURAÇÃO MÁXIMA DE INTERRUPTÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA	7,40	0,00	0,00	

É direito do cliente solicitar a apuração e a compensação (se houver violação) dos indicadores DIC, FIC e DMIC a qualquer tempo



# GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL  
GERÊNCIA DE POLÍCIA DO INTERIOR  
7ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE POLÍCIA DE LAGOA DO SÍTIO-PI

BOLETIM DE OCORRÊNCIAS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO Nº 016/2012

## DADOS DO REGISTRO

Delegacia responsável: Delegacia de Policia de Lagoa do Sitio - PI.  
Data e Hora: Dia 27/02/2012, às 10h 01 min.  
Comunicante : Naces Francisco de Sousa Cruz  
Endereço: Bairro Angico, nesta.

## DADOS DO ACIDENTE

Data e Hora: 28/11/2011, às 22 h 00min. Tipo de via: Vicinal Zona: Rural.  
Local: Estrada que liga o assentamento Arizona I, a esta cidade.  
Condições Locais: Via sem pavimentação asfáltica, em ruim estado de conservação, trecho sem curvas, perfil plano, visibilidade boa, tempo bom, período noturno.

## DADOS DAS PESSOAS ENVOLVIDAS

Pessoa 1: Condutor(a) Tipo: vítima não fatal CNH: 02001007797.  
Nome: Naces Francisco de Sousa Cruz. Data de Nasc: 05/05/1964 (47 anos).  
Documentos: RG 275018106 SSP/SP, CPF 329.082.455-15 Profissão: Lavrador.  
Filiação: Francisco de Maria Barnabé da Vera Cruz e de Helena de Sousa  
Endereço: Bairro Angico.

## DADOS DOS VEÍCULOS ENVOLVIDOS

Veículo 1  
Marca: HONDA/ CG 125 TITAN KSE Cor: Vermelha Placa: - LVY - 0050 Município:  
Teresina -PI.  
Chassi: 9C2JC30213R512802 Ano/Mod: 2002/2003 Renavam: 800577108  
Proprietário titular no CRLV: Bernardo Elias de Aguiar Filho CPF/CNPJ: 962.393.603-68  
Outras informações: A pessoa 1, conduzia o veículo 1 no momento do acidente.

## TESTEMUNHAS

1. Nome.  
Endereço.

## HISTÓRICO DO ACIDENTE

O comunicante narra que no dia do fato, conduzia o veículo normalmente em sua mão de direção QUE em um certo trecho da via derrapou em um a poça de lama perdeu o controle do veículo, e

# GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL  
GERÊNCIA DE POLÍCIA DO INTERIOR  
DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE POLÍCIA DE LAGOA DO SÍTIO-PI

caiu na pista de rolamento; QUE foi socorrido por populares e encaminhado a uma unidade de saúde na cidade de Valença-PI, onde teve atendimento de primeiros socorros; QUE em decorrência do dito acidente, o mesmo ficou bastante lesionado, conforme laudo médico ora apresentado.

Lagoa do Sítio - PI, 27 de fevereiro de 2012.

Lourival Barbosa da Silva  
Mat. Func. 14386-3  
Esc. Ad-Hoc

Comunicante Nacir Francisco de Souza Reis

- "As informações contidas nesta Certidão são de inteira responsabilidade do comunicante, sendo ao mesmo informado que a comunicação de crime não ocorrido ou fato inexistente é crime punível na forma da Lei (art. 339 e 340 do CPB)".

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DETRAN - PI

Nº 4798604312

0120040037543

000028061

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

1210080e9d3a4bc22d796dfc5d64613d4c0214040629

VIA

CÓD. RENAVAM

PLTB

1

800577108

NOME/ENDEREÇO

BERNARDO ELIAS DE AGUIAR FILHO

QD-195 CS-14

00000

DIRCEU ARCOVERDE II

PI

CPF/COC

96239360368

PLACA

LVY-0050

NOME ANTERIOR

LUZIVALDO MOURA LUZ

PLACA ANT/UF

-

CHASSI

9C2JC30213R512802

ESPECIE TIPO

PAS/MOTOCICLO/\*\*\*\*\*

COMBUSTIVEL

GASOLINA

MARCA/MODELO

HONDA/CG 125 TITAN KSE

ANO FAB

2002

ANO MOD

2003

CAP/POT/CIL

02P/0124CC

CATEGORIA

PARTIC

COR PREDOMINANTE

VERMELHA

OBSERVAÇÕES

SEM RESTRICOES

TERESINA

LOCAL

DATA  
29/06/2004

*Francisco de Assis Cavalcante Gonçalves*  
FRANCISCO DE ASSIS C. GONÇALVES  
DESENVOLVEDOR GERAL DO DETRAN - PI



## GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

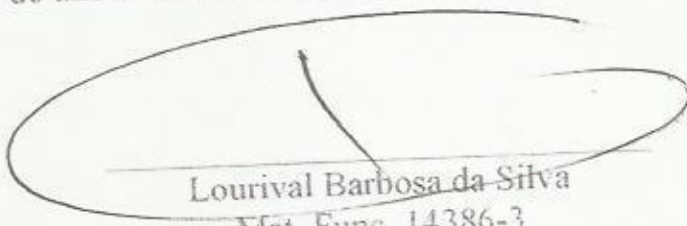
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL  
GERÊNCIA DE POLÍCIA DO INTERIOR  
7ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA DE POLÍCIA DE LAGOA DO SÍTIO-PI

### TERMO DE DECLARAÇÃO

(IML BOMBEIROS ANJOS DO ASFALTO)

O Sr. **Lourival Barbosa da Silva**, Delegado de Polícia Civil do Município de Lagoa do Sítio - PI, no uso de suas atribuições legais e etc..., DECLARA para os devidos fins que se fizer necessário (**recebimento de Seguro DPVAT**), que a pessoa de **NACES FRANCISCO DE SOUSA CRUZ**(Condutor (a) / vítima não fatal), já qualificada no boletim em referência, no dia 28/11/2011, por volta das 22 h 00min, na estrada que liga o assentamento Arizona I a esta cidade, sofreu um acidente automobilístico, com registro no **B.O nº 016/2012**; e ainda que, **na circunscrição do município de Lagoa do Sítio - PI não possui IML - Instituto Médico Legal, BOMBEIROS e nem ANJOS DO ASFALTO**, e outros órgãos competentes, e por se tratar de cidade do interior, na maioria dos casos de acidente automobilístico as vítimas são socorridas por populares. Para tanto, neste caso específico, informamos que esta Autoridade Policial tomou conhecimento somente no momento da lavra do B.O. Em tela, e, portanto, não foi lavrado procedimento policial para apurar o caso.

**DADO E LAVRADO**, nesta cidade de Lagoa do Sítio - PI, Estado do Piauí, na Delegacia de Polícia Civil, aos vinte e sete (27) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e doze (2012).

  
Lourival Barbosa da Silva  
Mat. Func. 14386-3  
Esc. Ad-hoc.

# RELATÓRIO MÉDICO

## SEGURO DPVAT - INVALIDEZ POR ACIDENTE

VÍTIMA: Nacés Francisco de Souza Cruz

DATA DO ACIDENTE: 28/11/2011

1 - ESPECIFICAR AS LESÕES DIRETAMENTE PROVOCADAS PELO ACIDENTE:

Politraumatizado (traumatismo) de ombro direito com  
luxação, hematoma, edema local, traumatismo de pele  
distal com hematoma e queimadura 1º Grau, 2 segundos  
intensas pelo corpo

2 - RELACIONAR OS TRATAMENTOS MÉDICOS AOS QUAIS A VÍTIMA FOI SUBMETIDA AO LONGO DO TE  
INFORMANDO AS RESPECTIVAS DATAS DE INÍCIO E TÉRMINO:

28/11/2011 a. Imobilização de membro superior  
direito com tala gessada, e curativos das queimaduras multi  
plas pelo corpo

3 - A VÍTIMA JÁ RECEBEU ALTA DEFINITIVA DE TODOS OS TRATAMENTOS? ☒ SIM ☐ NÃO  
EM CASO POSITIVO, DESDE QUE DATA: 16/01/2012

4 - A VÍTIMA APRESENTOU EXAMES OU LAUDO MÉDICOS? ☒ SIM (ANEXAR CÓPIA) ☐ NÃO

5 - APÓS O TÉRMINO DE TODO O TRATAMENTO, RESULTOU ALGUMA SEQUELA FUNCIONAL DEFINITIVA?  
☒ SIM ☐ NÃO

ESPECIFICAR O(S) MEMBRO(S), ÓRGÃO(S) OU FUNÇÃO(ÕES) ATINGIDO(S) E QUANTIFICAR A PERDA OU REDU  
EM VALORES PERCENTUAIS (%):

OBS: NÃO SENDO POSSÍVEL DEFINIR ESSA PERDA EM PERCENTUAL, INDICAR APENAS O GRAU APROXIMADO  
REDUÇÃO FUNCIONAL (MÍNIMO, MÉDIO OU MÁXIMO) PARA CADA ITEM:

Percentagem apresenta redução da capacidade funcional do membro  
superior direito (devido traumatismo de ombro (D) com luxa  
ção, hematoma e edema local) no momento do exame de  
avaliação 80%.

DECLARO QUE EXAMINEI A VÍTIMA ACIMA CITADA NESTA DATA, PORTANTO, ASSUMO TOTAL RESPONSABILID  
PELA FIDELIDADE DAS INFORMAÇÕES MÉDICAS AQUI TRANSCRITAS, ESTE RELATÓRIO É SIGILOSO E TEM CO  
ÚNICA FINALIDADE A DE FORNECER SUBSÍDIOS MÉDICOS PARA FINS DE ENCAMINHAMENTO DA VÍTIMA  
SEGURO DPVAT, FICANDO TOTALMENTE A CRITÉRIO DA SEGURADORA EFETUAR QUALQUER INDENIZAÇÃO  
RECUSAR, BEM COMO REALIZAR PERÍCIA MÉDICA OU REQUERER OUTROS EXAMES PARA DETERMINAÇÃO  
GRAU EXATO DE INCAPACIDADE SEGUNDO AS NORMAS DE SEGURO EM VIGOR.

Valência do Prado Pi  
LOCAL

23 DE Fevereiro

DE 2012  
DATA

DR(A)

Dr. Antônio Martins de Oliveira  
ASSINATURA - CARIMBO - CRM - ESPECIALIDADE

**SUS****SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ**

Hospital Regional Eustáquio Portela

PRONTO SOCORRO

Nome: Nelís Francisco de Souza Cruz Idade: 47aEndereço: Av. Mundirê Felix 25 (Linha 3000)Dados Clínicos: Polytraumatizado (traumatismo de ombro direito com luxação, hematoma e edema local, traumatismo de pernaDiagnóstico: direita com hematoma e queimadura de 1º Grau, e escoriações múltiplas pelo corpoAcidente de bicicleta28/11/2011

DATA

Dr. Antônio Martins de Oliveira  
CRM-Pi 2640  
RPP 497.260.133-72

MÉDICO

Nome: NACES FRANCISCO DE SOUZA CRUZ  
Requisitante: ERISVALDO MACHADO FEITOSA  
Data: 23/02/2012

Nº.: 21865

**XAME: RX DO OMBRO DIREITO (02 INC).**

## ELATÓRIO

- Textura óssea reduzida.
- Irregularidades dos contornos do terço distal da clavícula.
- Luxação da articulação acrômio-clavicular.
- Demais estruturas ósseas íntegras.
- Partes moles sem alterações radiológicas significativas.

PEDRO DE PAULA BOMFIM NETO

CRM: 3251

+ 99.81

## RECIBO

Recebi de Naces Francisco de Souza Cruz, CPF 329.082.455-15 a importância de R\$ 50,00 (cinquenta reais) referente a pagamento de exame realizado.

  
09.580.234/0001-20  
Loureiro & Bomfim Ltda.

Valença do Piauí – 23 de Fevereiro de 2012.

## DECLARAÇÃO NÃO INTERNADO

Declaro para os devidos fins, que o(a) Sr(a) **NACÊS FRANCISCO DE SOUZA CRUZ** deu entrada no pronto socorro do Hospital Regional Eustáquio Portela de Valença do Piauí, no dia **28/11/2011** vítima de acidente de motocicleta, politraumatizado, com traumatismo de ombro direito com luxação, edema e hematoma local; traumatismo de perna direito com hematoma e queimadura de 1º Grau e escoriações múltiplas pelo corpo não sendo necessário internação do mesmo.

Conforme laudo em anexo.

Valença do Piauí, 29 de Fevereiro de 2012.

  
\_\_\_\_\_  
Wilder Antônio Martins de Oliveira  
Clínica de Medicina  
CRM: 24.400  
CPF: 49.728.613-72

Assunto: Pagamento Seg Lider 17/4

De: Fernanda Lacerda (f.dpvst@hotmail.com)

Para: givaldodonascimento@yahoo.com.br;

Cc: adriana.palma@bcsul.com.br; sonia-consultoria@hotmail.com; t.dpvst@hotmail.com;

Data: Sexta-feira, 13 de Abril de 2012, 16:05

Prezados, boa tarde!

Segue abaixo pagamento(s) agendado(s) para o dia 17/4/2012:

SINISTRO	BENEFICIÁRIO	CPF/CNPJ	VL.R. INDENIZAÇÃO	BCO	AG.	C/C	DT. PGTO
201211932701	NACES FRANCISCO DE SOUZA CRUZ	32908245515	843,75	1	02761-8	000010014264-8	17/4/2012

Att.,  
Fernanda  
BCS Seguros

## **JOÃO BARBOSA Advogados Associados**

João Barbosa  
Henrique A. F. Motta  
Fabio João Soito  
João Paulo Martins  
Joselaine Maura Figueiredo  
Nicole Vianna Riente  
Fernando de Freitas Barbosa  
Flávia Nonato Roberto

Osmar da Silva Aquino  
Adriana França da Costa  
Cristina de Oliveira Ferreira  
Evelyn I. Castillo Arevalo  
Gabrielle Guimarães de Souza  
Roberta Cunha Marinho  
Ananda Dias Mendes  
Alessandra Modolo

Amanda de Oliveira M. José  
Noêmia Fraga Teixeira  
Juliana Justo de Oliveira  
Taisa Nery Silva  
Rafaela F. Villas Boas Chagas  
Klarissa M. C. Campos Ferreira  
Deolindo Barreto Lima Neto  
Michelle Galvão da Silva de Souza

Darlan Alves Moulin  
Giovanna de Andrade Ribeiro  
Isabel Alves da Rocha  
Isabel Teixeira das Chagas  
Lidiane da Silva Erves  
Cristiane M. Saunier Flosi  
Paloma Baptista de Oliveira

**EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA  
COMARCA DE VALENÇA DO PIAUÍ/PI.**

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**Processo n.º 107865120128180117**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO  
DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** em referência, que lhe promove **NACES FRANCISCO DE SOUZA CRUZ, vem** à presença de V. Exa., com fulcro nos artigos 300 e seguintes do Código de Processo Civil, e, demais cominações legais, apresentar:

### **C O N T E S T A Ç Ã O**

consoante as razões de fato e de direito que passa a expor:

## I - BREVE RELATO DOS FATOS

Alega a parte Autora, em sua petição inicial, que foi vítima de acidente ocorrido em **28/11/2011**, onde afirmou em síntese que do sinistro noticiado acarretou supostamente "**invalidiez permanente**".

Desta maneira, de posse de todos os documentos necessários à regulação do sinistro, o autor realizou o pedido administrativo referente ao valor da indenização correspondente ao Seguro Obrigatório de Veículos - DPVAT, que após a devida análise da documentação apresentou o pagamento da verba indenizatória no importe de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco reais), valor este correspondente ao percentual da invalidez PARCIAL e permanente do Autor.**

Entendendo o Autor, equivocadamente, que faz jus à indenização securitária no limite máximo indenizável de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), com fulcro na Lei 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482, de 31/05/2007 E Medida Provisória nº. 451/08, convertida na lei nº. 11.945/2009, requer a diferença entre o valor percebido e quantia supra mencionada, sem, no entanto, atentar-se que esta, exige quantificação, no momento em que foi utilizada a palavra ATÉ na referida Lei.

### PRELIMINARMENTE

#### DA INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

#### NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL TÉCNICA PARA FINS INDENIZATÓRIOS - OBEDIÊNCIA A SÚMULA 474 DO STJ.

Conforme se observa da exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT é a suposta invalidez do Autor. Desta feita, o cerne da questão que motivou a lide é a invalidez do demandante, bem como, o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios. Trata-se, portanto, de matéria eminentemente técnica, carecedora da produção de prova pericial para serem dirimidas as dúvidas existentes sobre o grau e a extensão da invalidez. **Daí emerge a incompetência dos Juizados Especiais Cíveis para apreciar esta questão.**

Corroborando essa tese, tem-se que o **Superior Tribunal de Justiça** recentemente editou a Súmula 474 pacificando que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório Dpvat

deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima, vejamos:

**"Súmula 474 STJ: A indenização do Seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."**

Tal súmula tem o fito de colocar fim à discussão acerca da validade ou não da utilização tabela de Normas de Acidentes Pessoais, que, dentre suas disposições, estipulou expressamente que a mesma deverá ser utilizada para efeito de pagamento da cobertura por invalidez contemplada na Lei 6.194/74, de modo que se impõe a graduação da invalidez para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se que o recente entendimento pacificado prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última sub-dividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Sendo assim, a indubitável a incompetência deste Juizado para julgar a presente lide, pois no caso dos autos, é cristalino que a prova técnica será fundamental para o correto julgamento da ação, na medida em que nos casos de invalidez deverá ser respeitado o grau da lesão do acidentado a fim de ser paga a indenização de forma proporcional.

Cumpra aqui também registrar o brilhante entendimento da M. M. Juízo do Juizado Especial Cível da Comarca de Estancia/SE, através de seu decisum datado de 03/03/2012, no Proc. nº 20115150316-8, corroborando cada vez mais a tese da preliminar ora suscitada:

**"...Cumpra gizar, por oportuno, que os valores das indenizações estipuladas na MP e, posteriormente, ratificados pela Lei 11.482/07 demonstram a necessidade de prova pericial, realizada por perito judicial para se averiguar a efetiva ocorrência de invalidez permanente e, se esta é total ou parcial, apurando o exato grau de invalidez, no caso de parcial, o que não se encontra no presente feito comprovado.**

(...)

*Por isso, declaro a incompetência deste juizado Especial Cível, extinguindo o feito sem resolução do mérito, com base no Art. 3º caput da Lei 9.099/95...(g.n.)*

Outro não é o entendimento das Turmas Recursais do Estado de Roraima, que recentemente editaram a Súmula 16, reconhecendo a incompetência dos juizados especiais para apreciar e julgar as causas de Seguro DPVAT, que versam sobre pedido de invalidez, *in verbis*:

**"SÚMULA n.º 16: A graduação dos percentuais do seguro DPVAT, quando se trate de invalidez parcial, tendo em vista as regras para sua fixação estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, exige aprofundamento probatório, mormente realização de exame pericial detalhado, não suprido por laudo oriundo de órgãos oficiais. Complexidade da causa que afasta a competência dos Juizados Especiais."**

Do entendimento doutrinário e jurisprudencial retro reportado resta evidente que a sede judicial apropriada para o Autor pleitear seu suposto direito à verba indenitária, oriunda do Seguro DPVAT, é uma das Varas Cíveis da Justiça Comum, onde a reclamada pode defender-se tecnicamente, formulando quesitos e nomeando assistente técnico.

Irrelevante que conste dos autos prova pretendendo atestar grau de invalidez parcial permanente, pois essa prova passaria a ter o inaceitável caráter de verdade absoluto, eis que não poderia ser convenientemente impugnada pela Ré, impedida que está de contraditá-la tecnicamente em sede de Juizado Especial Cível.

Em decorrência, a reclamada requer que Vossa Excelência se digne de determinar a extinção do processo sem julgamento do mérito, na forma do artigo 51, II, da lei n.º 9.099/95.

**DA INCOMPATIBILIDADE DO RITO PARA PRETENDER EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS**

**INÉPCIA DO PEDIDO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS**

Subsiste óbice intransponível ao suposto pedido Autoral de exibição de documentos, devendo acarretar a inépcia do pedido e em consequência a extinção da demanda sem resolução do mérito, conforme estabelece o artigo 295, inciso I e V cumulado com o artigo 267, inciso I, IV e VI da Lei Adjetiva Civil.

Sem maiores delongas, é de corrente sabença e pleno de logicidade que a Autora pretende com a presente ação, mascarar uma medida cautelar de exibição de documento.

O artigo 844, inciso II, da Lei Adjetiva Civil é categórico quando estabelece que:

**"Art. 844 - Tem lugar, como procedimento preparatório a exibição judicial:**

**II - de documento próprio ou comum, em poder de co-interessado, sócios, condômino, credor ou devedor; ou em poder de terceiro que o tenha em sua guarda, como inventariante, testamenteiro, depositário ou administrador de bens alheios."**

Na brilhante obra "Código de Processo Civil e legislação processual em vigor" do jurista Theotônio Negrão, 32ª edição, Editora Saraiva, página 835, o comentário n.º 1, do artigo 844, é de clareza cristalina e se enquadra com perfeição ao caso sub judice, vejamos:

**"Art. 844: 1. A exibição cautelar, em qualquer das suas formas, seja para a exibição de coisa, seja para exibição de documentos, não pode ser principal e autônoma, devendo sempre ser preparatória."**

Neste diapasão certo é que o procedimento adotado pela parte Autora não se coaduna com os regramentos do Códex Processual Pátrio, com a melhor doutrina e interativa jurisprudência sobre o tema ora em debate.

Desta forma, temos que o pedido de exibição de documentos é totalmente inócuo, primeiro, porque se trata de um documento que a ré não realiza em nenhuma vítima de acidente de trânsito

**que tenha resultado na sua morte** - o que se parece ser o caso desses autos, apesar da fundamentação confusa com a narrativa da exordial!

A única perícia que a ré realiza é para as vítimas que realizam pedido administrativo com natureza **INVALIDEZ!**

Ademais, o requerimento do autor não observou os ditames da lei, devendo ser rechaçado por completo, pelo que espera e confia a Ré seja julgada a extinção da demanda sem resolução do mérito, sendo inócuo o pedido de exibição de documento, com fundamento nos artigos 295, incisos I e V cumulado com o artigo 267, inciso I e IV da Lei Adjetiva Civil.

### **VALIDADE DO REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

#### **DECLARAÇÃO UNILATERAL**

Verifica-se Nobre Magistrado quanto a preliminar em questão que o boletim de ocorrência policial acostado aos autos, trata-se de mera certidão, a qual foi comunicada pelo próprio autor, documento este, produzido unilateralmente, a conveniência do interessado, assim, não tem validade alguma para a presente lide.

**Há de ser considerado que o boletim de ocorrência policial anexo aos autos, somente foi registrado após a data do alegado acidente ocorrido em 28/11/2011, eis que o registro se deu em 27/02/2012.**

**Ademais, o boletim de ocorrência policial foi relatado pelo próprio autor a sua conveniência, sem testemunhas, e sem a presença da autoridade competente no local.**

Em análise ao presente feito, verifica-se com estranheza que não foi apresentado Boletim de Ocorrência da data do sinistro em 28/11/2011, não podendo ser considerado o registro de ocorrência policial apresentado como prova cabal do acidente noticiado nesta demanda. Deve o autor apresentar o boletim de ocorrência policial com data do acidente.

Em conformidade com o entendimento da ré elencado na presente contestação, está a legislação do Seguro DPVAT.

A lei é clara, e exige para que o beneficiário possa ter o direito de pleitear a indenização relativa ao seguro obrigatório de veículo a apresentação de determinados documentos, quais sejam:

Com efeito, o parágrafo 1º, do art. 5º da lei n.º 6.194/74, estabelece *in verbis*:

**"Art.**

**5º.....**  
**.....**

*§1º A indenização referida neste artigo será paga no prazo de 5 (cinco) dias a contar da apresentação dos seguintes documentos:*

- a) **Certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova da qualidade de beneficiário - no caso de morte..."** (grifo nosso)

Essa prova documental incumbe à parte Autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supra transcrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 333, I, do CPC.

**Destarte, cabe alertar ao Nobre Julgador que, além de não ter sido apresentado o Registro de ocorrência da época do acidente, o comunicante CONVENIENTEMENTE É A VÍTIMA E AUTOR da presente lide o que causa grande espanto!!!**

**Ressalta-se ainda o fato de que além de a vítima ser comunicante do suposto acidente, foi elaborado através dos fatos narrados pelo mesmo de forma unilateral, sem que nenhuma testemunha ou outro vitimado prestassem depoimento.**

**Com todas vênias possíveis, a conveniência do Autor, merece resposta do Poder Judiciário, vez que totalmente, inepta a inicial, frágil de provas. Pelo que requer desde já o indeferimento da petição inicial e a extinção do feito sem julgamento do mérito.**

**Não há justificativa para delonga tão grande, qualquer parente, amigo do autor, poderia ter comunicado o acidente a época do sinistro na delegacia competente.**

**No caso em apreço, exigir da ré o pagamento da indenização sem a existência de comprovação da veracidade do acidente, descaracteriza a atividade definida como seguro.**

Desta forma a Ré requer a IMPROCEDENCIA TOTAL do pedido inicial, e a conseqüente **EXTINÇÃO DO FEITO**, com fulcro nos artigos 267, inciso VI, do Código de Processo Civil, uma vez que por se tratar de documento indispensável à instrução da petição inicial, cabe ser aplicada ao caso a regra do art. 284 do mesmo codex.

**DA AUSÊNCIA DE PROVA VÁLIDA DA ALEGADA INVALIDEZ TOTAL E PERMANENTE**

Verifica-se que a parte Autora alega que o acidente acarretou invalidez parcial e permanente.

**Entretanto, deixa de realizar a comprovação da alegada invalidez total e permanente, pois deixa de juntar aos autos documentação válida, com força probatória tal qual Boletim Médico expedido pelo Instituto Médico Legal com o percentual de invalidez.**

**Ademais, o laudo do IML acostado aos autos, ainda que sem o percentual de invalidez, informa, em resposta ao quesito nº 7, que não há incapacidade para o trabalho.**

Desde os tempos dos romanos já se consagrava o princípio de que "*allegatio et non probatio, quasi non allegatio*". Aquilo que não se pode provar sequer pode ser considerada uma simples alegação. Assemelha-se mais a uma falta de verdade.

Assim, convém transcrever decisão da 5ª Câmara Cível do Estado do Rio Grande do Sul, na Apelação Cível n.º 70011496577, tendo como Relator o Desembargador UMBERTO GUASPARI SUDBRACK, que nos leciona:

*"De acordo com a sistemática adotada pelo sistema processual brasileiro, oriunda do Direito Romano (¿semper necessitas probandi incumbit illi qui agit¿, Digesto XXII, 3.2), a prova incumbe a quem afirma a existência de um fato, cabendo ao demandante demonstrar, em Juízo, a existência do fato por ele descrito na inicial. Não comprovada, de forma inequívoca, a seqüela permanente causadora da alegada invalidez, que dificulta a atividade normal do autor, improcedente é a ação, pois esta prova é requisito para a indenização postulada. **Apenas a perícia elaborada por médico particular, sem qualquer outro elemento de convicção, não possibilita seja alcançada indenização por seguro DPVAT. Apelo desprovido, por maioria.**"*

Ademais, tal entendimento mais uma vez se fez presente sobre a Egrégia 5ª Câmara Cível do Estado do Rio Grande do Sul em decisão proferida na Apelação Cível n.º 70008585523, que também teve como Relator o Desembargador UMBERTO GUASPARI SUDBRACK:

***"Não comprovada, de forma inequívoca, a seqüela permanente, causadora da invalidez, que dificulta a atividade normal do autor, improcedente é a ação, pois esta prova é requisito para a indenização postulada. Apelo desprovido."***

**Apenas os casos de invalidez são indenizáveis! A Lei 6.194/74 não fala em debilidades. Debilidades não se equiparam a invalidez, portanto, não são indenizáveis!!!**

Logo, não há como a Ré efetuar o pagamento do Seguro Obrigatório de Invalidez Total e Permanente, se a parte Autora por não comprovar a lesão que alega ter, deixa também de trazer o que é de sua incumbência, no caso "os fatos constitutivos do seu direito" (art. 333, inciso I do CPC) **induzindo o Juízo a crer em documentos que não apresentam valor probatório COMO DETERMINADO POR LEI.**

Constata-se que não há nos autos o Laudo do Instituto Médico Legal certificando, com a exatidão que a lei determina, o percentual de invalidez da parte Autora e qual o grau de redução funcional, elementos imprescindíveis para que possa ser fixada a indenização correspondente, de acordo com a tabela específica, como previsto na lei 11.945/09.

Insta ressaltar também, o parágrafo 5º, acrescentado ao art. 5º da lei nº 6.194/74 pela lei nº 8.441/92, em que nos informa quanto ao prazo para elaboração do Laudo:

**§ 5º - O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças."**

Vistos os fatos, **NÃO HAVENDO MEIOS COMPROBATÓRIOS ACERCA DA ALEGADA INVALIDEZ TOTAL E PERMANENTE**, deve a demanda ser extinta sem resolução de mérito pela "ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo" (art. 267, IV do CPC).

### III - NO MÉRITO

#### DA LEI Nº 11.945/2009

#### ESTABELECIMENTO DE PERCENTUAIS INDENIZATÓRIOS

O ponto crucial posto a exame perante este Tribunal se traduz no questionamento quanto ao valor da indenização devida às vítimas de acidente automobilístico coberto pelo seguro obrigatório - DPVAT, nos casos de invalidez permanente.

Mister destacar ao ilustre Magistrado a edição da Medida Provisória nº 451/08, atualmente convertida na Lei nº 11.945/2009, em vigência desde 15 de dezembro de 2008, que alterou o texto dos arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/74 em seu art. 31, assim como anexou tabela à aludida Lei, estabelecendo percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais.

A Lei nº 11.945/2009 tem o fito de colocar fim à discussão acerca da validade ou não da utilização tabela de Normas de Acidentes Pessoais, que, dentre suas disposições, estipulou expressamente que a mesma deverá ser utilizada para efeito de pagamento da cobertura por invalidez contemplada na Lei 6.194/74, de modo que se impõe o acolhimento da presente tese.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Para melhor visualização da questão, seguem dispositivos da referida Lei:

*"Art. 31. Os arts. 3o e 5o da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:*

*"Art. 3o Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2o desta Lei compreendem as indenizações por morte, por*

invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

.....  
.

§1o No caso da cobertura de que trata o inciso II, **deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei** as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na alínea "a", procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinqüenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de dez por cento, nos casos de seqüelas residuais."

Diante do ora esposado, nos acidentes automobilísticos ocorridos após a edição da Medida Provisória antes referida, atualmente convertida em Lei, tem-se que para a liquidação do sinistro, em casos de invalidez permanente, total ou parcial, aplicar-se-á a regra do art. 3º, com a sua nova redação, **inclusive os percentuais sobre o valor máximo da indenização em vigor, conforme o local, o tipo e a gravidade da perda ou redução de funcionalidade contidos na tabela anexa à Lei.**

Perceba Nobre Julgador que há que se levar em consideração que é completamente desproporcional aplicar o mesmo valor de indenização securitária para casos diferentes, eis que tal entendimento fere completamente o Princípio da Isonomia, eis que a Lei Maior trata desigualmente os desiguais com o fito de torná-los iguais de fato.

Portanto, resta claro que o **pedido de indenização por invalidez em sua integralidade é totalmente descabido**, pelo que a Seguradora Ré roga a este Nobre Magistrado pela improcedência total dos pedidos do Autor.

Caso V. Exa., assim não entenda, requer sejam observados os ditames expostos na Lei nº 11.945/2009, e, acaso sobrevenha condenação, que seja utilizada a tabela da SUSEP para fins de quantificação da indenização de acordo com o grau e extensão da lesão acometida no membro do Autor.

**- DA NECESSIDADE DE UTILIZAÇÃO DA TABELA DE CALCULOS DE INDENIZAÇÃO -**

**(graduação da graduação - graduação de repercussão da invalidez, ou seja, à redução proporcional da indenização)**

*Ad argumentandum*, na remota hipótese de condenação da Ré, deve-se sopesar no quantum indenizatório o **GRAU DE INVALIDEZ** que supostamente apresenta a parte autoral, consoante tabela de cálculos de indenização.

**Verifica-se que a legislação no art. 5º, § 5º, da lei 6.194/74, já determinava que o laudo do IML deverá quantificar as lesões. Contudo, diante do fato que tal obrigatoriedade não vem sendo cumprida por grande parte desses órgãos, tornou-se necessário a implantação de novas medidas legislativas para que, assim, a exigência da Lei seja cumprida. Dessa forma, em dezembro de 2008, foi publicada a medida provisória 451/08, que, veio exclusivamente, reforçar as disposições contidas na legislação.**

Pede escusas, para demonstrar as determinações da Medida Provisória nº. 451, atualmente, em vigor:

"Art. 20. Os arts. 3º e 5º da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º- Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

§ 1º - No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

**II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica "ou funcional na forma prevista no inciso anterior, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinquenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de dez por cento, nos casos de seqüelas residuais.**

§ 2º - O seguro previsto nesta Lei não contempla as despesas decorrentes do atendimento médico ou hospitalar efetuado em estabelecimento ou em hospital credenciado ao Sistema Único de Saúde - SUS, mesmo que em caráter privado, sendo vedado o pagamento de qualquer indenização nesses casos." (NR)

"Art.5º, § 5º - O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até noventa dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais. (...)" (NR)

No caso desta lide, observa-se que a autora alega ter sofrido "invalidez permanente", sem contudo, haver nos autos o LAUDO DO IML informando o grau da invalidez sustentada como total, estando os fatos narrados na exordial controversos diante da ausência de documentos indispensáveis para o julgamento da presente lide.

Assim, se faz necessário seja realizado perícia no autor, motivos pelos quais desde já fica requerido a expedição de ofício ao IML para realização de exame pericial na autora, devendo ser indicado o grau da invalidez, para fins de apuração do quantum indenizatório, nos termos do art. 5º, § 5º da Medida Provisória nº. 451/08.

E, consoante a Tabela para Cálculos da Indenização em caso de Invalidez Permanente, de comum conhecimento de todos os Tribunais do país, e utilizada como anexo na Resolução nº 1/75 do Conselho Nacional de Seguros Privados, atualmente, a Tabela discriminada na medida provisória 451/08, deve ser observada pelo ilustre julgador, em caso de eventual condenação da ré.

Assim, na remota hipótese de condenação da Ré, o *quantum* indenizatório, deverá respeitar a quantificação indicada após realização da perícia do IML a ser realizada no autor, ao qual o valor a indenizar deve obedecer o discriminado na tabela de cálculos de indenização, consoante grau de invalidez a ser apurado.

**EXTINÇÃO DO FEITO COM JULGAMENTO DO MÉRITO - QUITAÇÃO  
OUTORGADA DE PRÓPRIO PUNHO - TRANSAÇÃO DA VERBA INDENIZATÓRIA**

É incontroverso na presente demanda que a parte Autoral recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela.

É usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

**"... com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado."**

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita a Seguradora reguladora do sinistro.

É de notório saber que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autoral deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, discorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 da Lei 10.406/02, denominado Novo Código Civil, que estabelece, *in verbis*:

**"Art. 849. A transação só se anula por dolo, coação, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa."**

Ademais, as nulidades a que se refere o art. 171 do Novo Código Civil não têm efeito antes de declaradas por sentença e não se pronunciam de ofício (conforme art. 168 do mesmo Códex), somente podendo ser alegadas por aqueles que a aproveitam, e estando sujeita a manifestação do Juízo a um requerimento prévio e expresso dos eventuais interessados.

Não obstante, a parte Autoral não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é PRESUMIDA e somente poderia ser desconstituída por SENTENÇA!!!

E de mais a mais, não podendo o M.M. Juízo decidir a causa de maneira diversa da requerida pela parte Autoral conforme estabelece o artigo 460 da Lei Adjetiva Civil, temos que o ato jurídico liberatório da obrigação deve ser, por conseguinte, tido como inteiramente válido, o que conduz à total improcedência dos pedidos.

Restando a quitação válida em todos os seus termos, os devedores estão exonerados de toda e qualquer responsabilidade pela obrigação contraída pelas partes! Afinal, a eficácia da

quitação e os seus efeitos jurídicos liberatórios constituem uma presunção *juris tantum*, que, à luz do acima exposto, somente poderia ser afastada mediante prova irretorquível da ocorrência de vício de consentimento, conforme amplamente demonstrado nesta peça de bloqueio.

Assim, aliás, conforme inteligência do *Novel Código Civil*, no seu artigo 840, temos que:

**"Art. 840. É lícito aos interessados prevenirem ou terminarem o litígio mediante concessões mútuas."**

Corroborando com a tese ora sustentada, a melhor Jurisprudência já se manifestou favoravelmente a esse respeito, tendo o Egrégio Supremo Tribunal Federal decidido que:

**"se as partes desavindas, por meio de documentos hábeis, delimitaram os interesses em controvérsia e firmaram documento de transação, esse ato jurídico complexo envolve-se para as partes e para todas as questões versadas com a força de coisa julgada, só rescindível por dolo, violência ou erro essencial, conforme o artigo 1.030, do Código Civil. E também, se na transação as partes não tornaram expresso que excluía dela uma dada questão, esta questão não pode a vir a ser questionada em juízo, primeiro porque obrigada pelos efeitos de coisa julgada da transação (artigo 1.030, do CC) e segundo por efeito do princípio da indivisibilidade da transação (art. 1.026, do CC)" (RE nº 93.861-3/RJ- 1ª Turma, DJU 18/12/81 - Rel. Min. Clóvis Ramallete).**

Na hipótese dos autos há de ser observado que o valor pago administrativamente corresponde ao que era devido, em conformidade com a resolução nº. 138/2005, uma vez que este foi aceito pela parte autora de maneira absolutamente legal, não havendo nada a pagar, posto que o sinistro já fora liquidado.

Ademais, temos que a parte Autoral poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente

quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Certo é que o pedido constante na exordial é manifestamente improcedente, haja vista a transação realizada em âmbito administrativo quanto ao valor da verba indenizatória oriunda do Seguro DPVAT, não podendo a seu bel prazer pleitear suposta diferença indenizatória sem qualquer embasamento legal.

Subsistindo óbice intransponível ao suposto direito Autoral, deve o feito ser **julgado extinto com julgamento de mérito**, o que se requer com fundamento nos arts. 3º e 269, inciso I, do Código de Processo Civil.

#### **DA FALTA DE IMPUGNAÇÃO À QUANTIFICAÇÃO DA INVALIDEZ EM SEDE ADMINISTRATIVA**

Constata-se, pela síntese dos fatos narrados na exordial, que a parte autoral pretende que o seguro DPVAT a indenize de forma complementar pelas lesões sofridas.

Entretanto, verifica-se que os documentos acostados aos autos, não refutam em momento algum o percentual da invalidez mensurado pela parte ré. Sendo assim, não apresenta qualquer documentação com fim probatório acerca da sua suposta necessidade de complementação da verba indenitária. A flagrante ausência nos autos da documentação que fundamenta o pleito autoral afronta o disposto no art. 5º, § 5º, da Lei 6.194/74.

**Reitera a Ré, que a parte autora não faz jus a qualquer complementação referente a indenização de seguro DPVAT, acrescentando a ré seu entendimento sobre o trecho do dispositivo legal já citado (art. 5º, §5º da lei 11.482/07), donde se depreende que o laudo pericial será apresentado para fins de indicar o grau da invalidez e neste sentido o Autor não no ato do recebimento do pagamento administrativo não discordou com o pagamento realizado, tampouco com o resultado da perícia médica realizada pela seguradora que efetuou o pagamento pela via administrativa, assim, o Autor não faz prova nesta lide contrária ao que diz respeito a graduação apurada na época do pagamento administrativo, a fim de respaldar o suposto direito que faria jus a complementação.**

Por outro lado, a Legislação é clara ao dispor que em casos de invalidez permanente, o pagamento será efetuado ATÉ R\$ 13.500,00, e, em conformidade com o grau de invalidez apurado, sendo certo que em momento algum consta na legislação dispositivo contrário, dispondo que para qualquer caso alegado como sendo de invalidez seja em grau total ou parcial, deverá o quantum indenizatório ao teto máximo.

Ora, Ilustre julgador, basta apenas conferir os documentos adunados pela parte autoral que, logo se concluirá pela improcedência do pedido inicial, haja vista não haver nos autos qualquer documento que comprove que desde a época do pagamento administrativo, tenha ocorrido alguma extensão dos danos que sofrera o Autor, para que assim, pudesse ter respaldo no requerimento de complementação.

Ademais, o caso vertente não poderá jamais ser equiparado para casos que resultam na morte da vítima, em casos de vítimas que resultam aleijões, isto é, em casos de invalidez permanente em grau total, sendo certo que o caso em tela se trata de invalidez em grau leve, conforme confesso pela próprio Autor na exordial que afirma sofrer de "debilidade permanente".

Assim sendo, não há como se considerar e equipar tal debilidade como perda anatômica e funcional completa dos membros afetados, e por conseguinte, não há como se acolher a pretensão de complementação pleiteada pela parte autoral, pois se configuraria em desvirtuamento da norma legal que determinou pagamento ATÉ E NÃO INTEGRAL A QUALQUER GRAU DE INVALIDEZ.

E ACASO FOSSE O ENTENDIMENTO DO JUÍZO SENTENCIANTE, ESTAR-SE-IA CAINDO NO VAZIO, JÁ QUE A LEI DIZ QUE A INDENIZAÇÃO PODERÁ VARIAR, DEVENDO SER ANALISADO CASO A CASO, COMO FORA REALIZADO PELA SEGURADORA QUE EFETUOU O PAGAMENTO PELA VIA ADMINISTRATIVA.

Resta evidenciado nos autos, que, o Autor requer complementação do seguro DPVAT, sem contudo, fazer prova contrária, que possa contraditar o grau apurado pelo perito preteritamente, na via administrativa.

**Assim sendo, não há como se acolher a pretensão autoral, ante a ausência de que houve modificação ou extensão diversa das lesões sofridas e alegadas como invalidez total.**

Essa prova documental incumbe à parte autora, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supra transcrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 333, I, do CPC.

Pelo exposto, a ré requer que, **em razão da ausência de provas**, a presente demanda seja **julgada extinta com resolução de mérito**, na forma do art. 269, inciso I, da Lei Adjetiva Civil.

#### **DO GRAU INDICADO PELA RÉ NA ESFERA ADMINISTRATIVA**

Cabe ressaltar que o valor pago em sede administrativa ao autor, respeitou a legislação que rege o seguro DPVAT, aos quais deve sopesar no quantum indenizatório o **GRAU DE INVALIDEZ** já apurado, de acordo com a tabela de cálculos de indenização.

Instituído pela Lei nº 6.194/74 e alterado pela Lei nº 11.482/07, o Seguro Obrigatório de Veículos - DPVAT tem por finalidade dar cobertura a danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas, ou não, nos casos de morte, invalidez permanente parcial ou total por acidente e despesas de assistência médica e suplementares.

Para a feitura do cálculo, foram respeitadas as diretrizes da Resolução CNSP 01/75, principalmente a instrução constante do art. 8, b.2 a seguir transcrita:

***"8.b.2 - No caso de perda parcial, ficando reduzidas as funções do membro ou órgão lesado, mas não abolidas por completo, a indenização será calculada pela aplicação da percentagem de redução funcional apresentada pelo membro ou órgão atingido, à percentagem prevista na Tabela para a perda total do membro, órgão ou parte atingida." (n.g.)***

A indenização, nos casos de invalidez, será paga de acordo com o grau das lesões sofridas, respeitando o teto máximo indenizável de acordo com o membro lesionado.

Deve-se considerar o percentual relativo ao membro lesionado para fins de cálculo da indenização, e considerando que a liquidação do sinistro foi feita em 12/04/2012, tem-se que o percentual relativo as lesões sofridas, incidiu sobre o teto máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil, quinhentos reais), consoante o disposto no art. 5º, § 5º da Lei 11.482/07, de acordo com a legislação em vigor na época da liquidação do sinistro.

Ademais, o perito administrativo quantificou a lesão do Autor, apurando o grau de acordo com as lesões apresentadas pelo Autor, em decorrência do acidente noticiado.

Portanto, não existe qualquer valor de complementação da indenização a ser pago, vez que o sinistro já fora liquidado de acordo com o grau da invalidez apurado em sobre o valor máximo indenizável, se encontrando regularmente quitado e o valor correspondente ao que a parte autoral realmente faz jus, não sendo justo entendimento diverso, posto que é a própria legislação que informa que em casos de invalidez a indenização pode variar de acordo com o percentual da invalidez apurada, não havendo, nenhuma ilegalidade nos atos praticados pela seguradora que efetuou o pagamento a parte autoral, pugnando desde já pela improcedência do pedido inicial.

#### DO CORRETO VALOR INDENIZÁVEL NA REMOTA HIPÓTESE DE CONDENAÇÃO

Na remota hipótese de condenação da Ré, deve-se sopesar no quantum indenizatório o GRAU DE INVALIDEZ que supostamente apresenta.

Assim, diante do exposto, observa-se que o Autor alega ter sofrido "**Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores**" e, a Tabela para Cálculos da Indenização em caso de Invalidez Permanente inserida pela MP 451/2008, demonstra que:

- (I) O percentual indenizável para "**Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores**" é de 70%, o que por certo descaracteriza o pleito da totalidade da indenização do Seguro Obrigatório DPVAT.

Assim, de acordo com a tabela supra mencionada resta claro que o Autor só poderá pleitear pelas lesões alegadas, a quantia de 20% (vinte por cento) sobre o limite máximo indenizável, observando em seguida a necessidade gradação da gradação - dita como redução proporcional as perdas lesionadas, consoante aritmética a seguir:

$$70\% \text{ de } 13.500,00 = \text{R\$ } 9.450,00$$

(art. 5º, § 5º da Lei 6.194/74 c/c art. 3º, § 1º, II, da Lei 11.482/07 - incluído pela Med. Prov. 451/08).

Ressalta-se que o valor acima encontrado, trata-se do enquadramento da perda anatômica ou funcional (na forma prevista na alínea no art. 3º, "a" da Lei 6.194/74). Contudo o Nobre Juiz, deve observar, que, se trata de invalidez parcial incompleta, havendo a necessidade de realizar nova graduação, isto é, graduação da graduação (redução proporcional da indenização).

Prosseguindo, visto tratar-se de invalidez parcial incompleta, há a necessidade de ser feito graduação de repercussão da invalidez, ou seja, à redução proporcional da indenização que a lei estabelece os seguintes percentuais:

- 75% (por cento) para as perdas de repercussão intensa;
- 50% (por cento) para as perdas de repercussão média;
- 25% (por cento) para as perdas de repercussão leve;
- 10% (por cento) para as perdas de repercussão nos casos de seqüelas residuais.

Desta forma, pede-se escusas para demonstrar simples conta aritmética, vejamos:

ESPECIFICAR O(S) MEMBRO(S), ÓRGÃO(S) OU FUNÇÃO(ÕES) ATINGIDO(S) E QUANTIFICAR EM VALORES PERCENTUAIS (%):  
OBS: NÃO SENDO POSSÍVEL DEFINIR ESSA PERDA EM PERCENTUAL, INDICAR APENAS O GRAU APROXIMADO:  
REDUÇÃO FUNCIONAL (MÍNIMO, MÉDIO OU MÁXIMO) PARA CADA ITEM:

Paciente apresenta a redução da capacidade funcional do membro superior direito (devido traumatismo de ombro (D) com luxação, hematoma e edema local) no momento do exame de avaliação.

80% -

DECLARO QUE EXAMINEI A VÍTIMA ACIMA CITADA NESTA DATA, PORTANTO ASSUMO TOTAL RESPONSABILIDADE POR ESTE RELATÓRIO E SIGILOSO E TEM CC

80% de R\$ 9.450,00 = R\$ 7.560,00  
(graduação da graduação de repercussão - redução  
proporcional da indenização)

Desta forma, como já fora liquidada administrativamente a quantia de R\$ 843,75 (oito mil quatrocentos e quarenta e três reais), somente restaria ao autor receber a monta de R\$ 6.716,25 (seis mil setecentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos).

#### DA IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO CDC

##### -DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA-

Apesar das argumentações do Autor, não é possível aplicar o Código de Defesa do Consumidor no presente caso, **pois não há relação de consumo entre as partes.**

Destarte o Seguro DPVAT é uma obrigação oriunda de um contrato firmado entre o proprietário do veículo automotor, segurado, e o convênio de seguradoras, agente segurador, sendo assim, não há como prosperar o entendimento que o CDC poderia ser aplicado neste caso.

Assim, temos que a ora Contestante não possui qualquer relação de consumo com o Autor, não podendo esta ser confundida como **consumidor**, tal qual já exaustivamente demonstrado pela Jurisprudência, como na decisão proferida pelo **Desembargador Benedicto Abicair**, da 6ª Câmara Cível da Comarca da Capital/RJ:

*"(...) Finalmente, necessário se faz afastar às disposições contidas no CodeCon ao caso sub judice, por não vislumbrar a aplicabilidade do diploma consumerista na referida relação, devendo ser prestigiado o Código Civil por conter esta norma específica quanto ao seguro obrigatório, bem como tendo em vista que a prescrição a que se refere o art.27, do CodeCon, versa sobre pretensão à reparação pelos danos decorrentes de fato do serviço, o que não se afigura a hipótese dos autos (...)"*

É pleno de logicidade que a inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor, não encontra guarida no caso *sub judice*.

Assim, temos que a Autora não possui qualquer contrato com a Ré, não podendo ser confundida como **consumidora**, não havendo qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, e, em consequência caracterizando a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Desta forma, restando descaracterizada a aplicação do referido diploma legal, e ruindo por completo tal fundamentação, prossegue a Ré com suas considerações.

### **DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA**

Com relação aos juros moratórios, bem como a correção monetária, em caso de eventual condenação, é curial que seja analisada questão acerca da data de início da contagem dos respectivos.

Consoante o disposto no art. 219 do CPC, que, ao dispor constituir em mora o devedor a partir da citação válida, entende a Contestante que o *dies a quo* para o cômputo dos juros moratórios deve ser a data de sua citação para responder os termos da presente ação, como pode se ver no art. 405 do Código Civil, "Art. 405 Contam-se os juros de mora desde a citação inicial."

O Egrégio Superior Tribunal de Justiça pacificou a matéria com a Súmula 426:

**Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação. Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, em Publicado no Diário Eletrônico de 10/3/2010.**

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação, senão vejamos:

**"art. 1º . (...)  
§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação."**

O Superior Tribunal de Justiça, através do REsp 43.640-0-SP, 6ª Turma, tendo como relator o Ministro Anselmo Santiago, retratou o seu entendimento sobre a correção monetária conforme ementa que passamos a transcrever:

“Não ofende o art. 6º da Lei de Introdução ao Código Civil o acórdão que restringe a incidência da correção monetária a partir do ajuizamento da ação e não antes, por falta de previsão legal” (STJ-6ª Turma, REsp 43.640-0-SP, rel. Ministro Anselmo Santiago, j. 21.6.94, não conheceram, v.u., DJU 28.11.94, p. 32.645).

Portando, na remota hipótese de condenação da Ré, requer-se que os juros moratórios sejam computados a partir da citação válida, conforme disposto no art. 405 do Código Civil e que se incida correção monetária a partir do ajuizamento da ação, tendo em vista o esposado no §2º, do art. 1º da Lei 6.899/81, face aos argumentos suscitados na presente peça de bloqueio se a Ré for condenada.

### CONCLUSÃO

*Ex Positis*, requer a Ré o acolhimento da preliminar suscitada, sendo a presente demanda julgada extinta sem resolução do mérito, conforme preconiza o artigo 51, II, da lei n.º 9.099/95 e art. 267 da Lei Adjetiva Civil.

Na remota hipótese de ultrapassadas as preliminares argüidas, **o que definitivamente não se espera**, aguarda-se serenamente, pela improcedência da ação, tendo a Ré amplamente demonstrado o total descabimento da presente demanda, pelo que requer seja a demanda ao final julgada **TOTALMENTE IMPROCEDENTE**, com julgamento de mérito, nos exatos termos do artigo 269, inciso I, 2ª parte do Código de Processo Civil.

Prestigiando o princípio da eventualidade, e na remota hipótese, de acolhimento do pedido inicial, requer, seja a condenação não superior a **R\$ 6.716,25 (seis mil setecentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos)**, de acordo com o grau de repercussão da lesão que o Autor sofreu de acordo com a Tabela para cálculos de indenização permanente inserida pela Lei n.º. 11.945/2009 e Súmula 474, STJ.

Protesta, ainda, por todo o gênero de provas admitido em direito, especialmente documental suplementar e depoimento pessoal do Autor, sob pena de confissão.

Por fim, merecem os juros moratórios serem calculados a partir da citação válida, a correção monetária a partir do ajuizamento da demanda, sem fixação de honorários advocatícios, em caso de sucumbência recíproca, nos termos do artigo 21, caput do CPC.

Para fins do exposto no artigo 39, inciso I, do Código de Processo Civil, fornece-se o endereço da Rua Barroso, nº 646, Centro / Norte, Teresina/PI, tel: (86) 3222-44768 e fax: (86) 3221-8382.

**Por derradeiro, requer, ainda, a Contestante seja observado o nome da advogada, Herison Helder Portela Pinto, OAB/PI 5367-07, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.**

Termos em que,  
Pede Deferimento.

Valença do Piauí, 05 de Setembro de 2012.

João Barbosa

Henrique A F Motta

Fabio João Soito

OAB/RJ 134.307

OAB/RJ 113.815

OAB/RJ 114.089

Herison Helder Portela Pinto

OAB/PI 5367-07

# ANEXO

*(Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).*

(art. 3º da Lei nº 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retroperitoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão em um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Firefox ▾ megadata +

www.megadata.com.br/megadata/entry ☆ Google

Mais visitados Favoritos

```
*=====*
* Megadata Computacoes      D.P.V.A.T.      30/08/2012   17:02:27 *
* Danos Pessoais Causados por Veiculos Automotores de Via Terrestre *
* DPV010T      ***** CONSULTA POR NOME DE SINISTRADO ***** V013 / DPV613P *
*=====*
```

ANO / NUM. / LANC -	2012 / 119327 / 01	<a href="#">COD_DEPEND - 022</a>
<a href="#">COD_SEG - 5231</a>	TIPO DOCUMENTO - 4	EX -
<a href="#">NUM_DOCUMENTO - PI999999999</a>	DT.CADAST.PARC.-	00 / 00 / 0000
CATEGORIA .... - 09	<a href="#">DT_SINISTRO - 28 / 11 / 2011</a>	
<a href="#">DT_CADAST - 15 / 03 / 2012</a>	<a href="#">DT_RATEIO - 13 / 04 / 2012</a>	
NATUREZA ..... - 2	CPF VITIMA -	32908245515
NOME DA VITIMA - NACES FRANCISCO DE SOUZA CRUZ	VALOR INDENIZ. -	843,75
<a href="#">DT_NASC - 05 / 05 / 1964</a>	VLR COR.MON/JUR-	0,00
SEQUENCIA .... - 001	<a href="#">DT_PAGAMENTO - 12 / 04 / 2012</a>	
<a href="#">COD_REC/RECL - 1</a>	<a href="#">DT_ATUALIZ - 12 / 04 / 2012</a>	
NOME RECEBEDOR - NACES FRANCISCO DE SOUZA CRUZ	BOLETIM ..... -	0162012
CPF/CGC RECEB. - 00032908245515	UF DELEGACIA -	PI
PROCURADOR/INT.-	SUB-JUDICE ... -	DT. RECEB.
CPF/CGC PRC/INT- 0000000000000000	<a href="#">CONF_PGTO -</a>	<input type="checkbox"/> / <input type="checkbox"/> / <input type="checkbox"/>
DELEGACIA .... - 7 DP		
REGULACAO .... - 1		
<a href="#">DT_RECLAMACAO - 15 / 03 / 2012</a>		

\* LANC.MANUAL.

[ENTER = CONTINUAR](#) PF03 = FIM PF07 = VOLTA MENU

Firefox - megadata

www.megadata.com.br/megadata/entry

Mais visitados

**megadata**

\*\*\*\*\*

\* Megadata Computacoes D.P.V.A.T. 30/08/2012 17:02:35 \*

\* Danos Pessoais Causados por Veiculos Automotores de Via Terrestre \*

\* DPV010I \*\*\*\*\* CONSULTA POR NOME DE SINISTRADO \*\*\*\*\* V013 / DPV613P \*

\*\*\*\*\*

ANO / NUM. / LANC - 2012 / 410085 / 01 COD.DEPEND - 001

COD\_SEG - 3271 TIPO DOCUMENTO - 4 EX -

NUM\_DOCUMENTO - P1999999999 DT.CADAST.PARC. - 00 / 00 / 0000

CATEGORIA - 09 DT.SINISTRO - 28/11/2011

DT\_CADAST - 21/08/2012 DT.RATEIO - 00/00/0000

NATUREZA - 2 CFF VITIMA - 32908245515

NOME DA VITIMA - NACES FRANCISCO DE SOUZA CRUZ

DT\_NASC - 05/05/1964 VALOR INDENIZ. - 0,00

SEQUENCIA - 003 VLR COR.MON/JUR - 0,00

COD\_REC/REC - 1 DT.PAGAMENTO

NOME RECEBEDOR -

CFF/CGC RECEB. - 0000000000000000 DT.ATUALZ - 21/08/2012

PROCURADOR/INT -

CFF/CGC PRC/INT - 0000000000000000 BOLETIM - 0162012

DELEGACIA - 7 DP UF DELEGACIA - PI

REGULACAO - 3 SUB-JUDICE - S DT. RECEB.

DT.RECLAMACAO - 14/08/2012 CONF.PGTO: ☐ / ☐ / ☐

LANC.MANUAL.

ENTER = CONTINUAR PF03 = FIM PF07 = VOLTA MENU

Firefox - megadata

www.megadata.com.br/megadata/entry

Mais visitados

**megadata**

```

*****
* Megadata Computacoes      D.P.V.A.T.      30/08/2012      17:02:34 *
* Danos Pessoais Causados por Veiculos Automotores de Via Terrestre *
* DPVOT ***** CONSULTA POR NOME DE SINISTRADO ***** V013 / DPV613P *
*****
ANO / NUM. / LANC -      2012 / 119374 / 01      COD_DEPEND...022
COD_SEG...- 5211      TIPO DOCUMENTO - 4      EX -
NUM_DOCUMENTO - P1999999999      DT.CADAST.PARC.- 00 / 00 / 0000
CATEGORIA .... - 09      DT SINISTRO - 28 / 11 / 2011
DT CADAST...- 15 / 03 / 2012      DT RATEIO - 28 / 03 / 2012
NATUREZA ..... - 3      CPF VITIMA - 32908245515
NOME DA VITIMA - NACES FRANCISCO DE SOUZA CRUZ
DT NASC...- 05 / 05 / 1964      VALOR INDENIZ. - 149,81
SEQUENCIA .... - 002      VLR COR.MON/JUR- 0,00
COD_REC/RECL - 1      DT PAGAMENTO - 28 / 03 / 2012
NOME RECEBEDOR - NACES FRANCISCO DE SOUZA CRUZ
CPF/COC RECEB. - 00032908245515      DT ATUALIZ...28 / 03 / 2012
PROCURADOR/INT.-
CPF/COC PRC/INT- 0000000000000000      BOLETIM ..... - 0162012
DELEGACIA .... - 7 DP      UF DELEGACIA - PI
REGULACAO .... - 1      SUB-JUDICE ... -      DT. RECEB.
DT RECLAMACAO - 15 / 03 / 2012      CONF_PGTO- ☐ / ☐ / ☐
*      LANC. MANUAL.
ENTER = CONTINUAR      PF09 = FIM      PF07 = VOLTA MENU
  
```



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ  
VALENÇA DO PIAUI  
J.E. CIVIL DE VALENÇA

RUA EURIPEDES MARTINS, 0, CENTRO, VALENÇA DO PIAUI - PI, FONE: (89) 3465-1618

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.**

**Processo nº 0010786-51.2012.818.0117**

As 10:30 (dez) horas e (trinta) minutos do dia 06 (seis) de Setembro de dois mil e doze (2012), eu, **ELIANE MARIA DE SOUSA**, CONCILIADORA deste Juizado Cível e Criminal da Comarca de Valença do Piauí, sob a supervisão do Dr. **JOSÉ OSVALDO DE SOUSA**, Juiz de Direito Titular do Juizado acima epigrafado, estando na sala de audiências no Fórum especial local, declarei aberta a **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**, designada nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DEDIFERENÇA DE SEGURO DPVAT COM PEDIDO DE LIMINAR E JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE**, processada sob o nº 0010786-51.2012.818.0117 com início previsto para às **10hs30min**, em que é requerente **NACES FRANCISCO DE SOUZA CRUZ**, e o Requerido (a) **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A..**

**PRESENCAS E AUSÊNCIAS**

Efetuada o pregão, certifiquei que:

**Presente:** O requerente, **NACES FRANCISCO DE SOUZA CRUZ**, neste ato representado seu advogado o Dr. **JOSÉ ITAMAR DA SILVA**, inscrito na OAB/PI 7901-A.

**Presente:** O requerido, **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, neste ato representado por seu advogado o Dr. **LUIS ANGELO DE LIMA E SILVA**, OAB-PI, nº 6722, pelo preposto o Sr. **CLEUDEVALDO GONÇALVES DOS SANTOS**, CPF: 047.800.203-36, habilitação conforme evento de nº 09.

**DA CONCILIAÇÃO**

Após a realização do pregão este Conciliador, depois da identificação das partes, passou a explanar sobre os riscos e consequências do litígio e sobre importância e vantagens da conciliação, não obtendo êxito em sua tentativa.

**DESPACHO**

Considerando a não ocorrência de acordo, seja os autos conclusos a secretaria para designar a **AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**.

**TERMO DE ENCERRAMENTO**

Nada mais havendo a registrar foi encerrado o presente termo, que lido e achado conforme, vai devidamente por todos assinado, inclusive por mim *Eliane Maria de Sousa*, **ELIANE MARIA DE SOUSA** - CONCILIADORA deste Juizado Especial, que o digitei e o subscrevi.

Requerente *Naces Francisco de Souza Cruz* Adv. *José Itamar da Silva*

Requerido/Preposto: *Cleudevaldo Gonçalves dos Santos* Adv. *Luis Angelo de Lima e Silva*

**JOÃO BARBOSA Advogados Associados**

João Barbosa	Flávia Nonato	Klarisse Mirella	Nicole Riente
Henrique A. F. Motta	Paula Pinheiro	Patricia Cavalcanti	Cristina Ferreira
Fabio João Saito	Osmar Aquino	Paula Barroso	Amanda Silva
Pedro H. B. Sousa	Fernando Barbosa	Thathiana Cusnir	Rodrigo Gaspar
Joselaine Maura Figueiredo	Rafael Bandeira	José Pinto	Renato Carvalho
João Paulo Martins	Lanessa Alves	Carolina Lima	
Marcelo Côco	Cecília Chequer	João Renato Paulon	

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA  
COMARCA DE VALENÇA DO PIAUI/PI.**

**Processo nº: 107865120128180117**

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO  
DEVAT S.A e NACES FRANCISCO DE SOUZA CRUZ**, ambos, representados  
neste momento por seus advogados, vem por meio deste **retificar**  
**o valor acordado amigavelmente entre partes**, em caráter  
irrevogável e irretratável, reciprocamente aceito e fixado o  
seguinte:

Com o objetivo de dar fim à **Ação de Cobrança de Seguro  
Obrigatório - DEVAT**, relativo a indenização decorrente de  
acidente de trânsito, **processo nº 107865120128180117**, em  
trâmite perante este Juízo, proposta pela **AUTORA** em face da  
RÉ, as partes, por mútua e recíproca vontade, resolvem  
**retificar o Termo de Acordo protocolado anteriormente**, onde as  
cláusulas I passarão a ter o seguinte texto:

- (I) Que a Ré pagará ao autor o valor total de **R\$  
1.856,25 (Um mil oitocentos e cinquenta e seis  
reais)**;

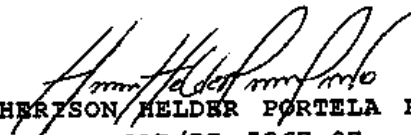
**Ficam mantidos todos os demais termos da minuta de acordo  
anteriormente protocolada nestes autos.**



Assim sendo, e estando as partes ajustadas e acordadas, sem nenhuma ressalva e oposição, ratificam o inteiro teor deste **TERMO DE ACORDO, TRANSAÇÃO, PAGAMENTO E QUITAÇÃO**, valendo para todos os efeitos legais, inclusive com relação ao encerramento definitivo e, respectiva baixa da ação acima referida, fazendo coisa julgada.

Termos em que,  
Pede homologação.

Valença Do Piauí, 11 de Outubro de 2010

  
**HERISON HELDER PORTELA PINTO**  
OAB/PI 5367-07  
P/RÉU

  
**JOAQUIM RONALDO DA SILVA SANTOS**  
OAB/PI 8.509  
P/AUTOR

2012 - 06442

928767

Roberto Marinho

Acordo.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ  
GUIA DE DEPÓSITO JUDICIAL VIA BOLETO DE COBRANÇA  
Autor: NACES FRANCISCO DE SOUZA CRUZ  
Réu: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO  
VALENCA DO PIAUI - JUIZ.ESPEC.CIVEL CRIMINAL  
Processo: 107865120128180117 - ID 081220000000162616  
ATENÇÃO! Observar o prazo definido pelo Juízo competente  
para efetivação do depósito.  
Texto de Responsabilidade do Depositante: (21) 3265-5600  
SUPERVISÃO - NICOLE RIENTE

**RECIBO DE SACADO**

**CEDENTE : BANCO DO BRASIL S/A**

CEDENTE: BANCO DO BRASIL S/A			
Nome do Cliente		Data do Vencimento	Valor Cobrado
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO		22/01/2013	1.856,25
Agência / Código do Cedente	Nosso Número		Autenticação Mecânica
2234 / 99747159-0	1610788003681265		

Papel termossensível. Sua vida útil, de acordo com o fabricante, é de 7 anos. Evite seu contato com plásticos, solventes e produtos químicos. Não o exponha a luz, calor e umidade excessivos.



**Cerflor**  
Certificado 31.17

Fabricante do papel: Fibria - CNPJ 60.643.228/0184-11

Especificação do papel: Termobank - 62gr/m² - 45m

Fornecedor: Autopel - CNPJ 06.698.091/0001-67

Contrato: 5580/296



**INMETRO**

Papel termossensível. Sua vida útil, de acordo com o fabricante, é de 7 anos. Evite seu contato com plásticos, solventes e produtos químicos. Não o exponha a luz, calor e umidade excessivos.



**Cerflor**  
Certificado 31.17

Fabricante do papel: Fibria - CNPJ 60.643.228/0184-11

Especificação do papel: Termobank - 62gr/m² - 45m

Fornecedor: Autopel - CNPJ 06.698.091/0001-67

Contrato: 2010/85680296

### Central de Atendimento BB

Saldos, pagamentos, extratos, cartões, transferências, resgates e outras operações

4004 0001 e 0800 729 0001

### Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC)

Informações, sugestões, elogios, reclamações, dúvidas, denúncias, suspensão ou cancelamento de contratos e serviços

0800 729 0722

### Ouvidoria BB

Atendimentos não solucionados (mediante protocolo no SAC)

Saldos, pagamentos, extratos, cartões, transferências, resgates e outras operações

4004 0001 e 0800 729 0001

### Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC)

Informações, sugestões, elogios, reclamações, dúvidas, denúncias, suspensão ou cancelamento de contratos e serviços

0800 729 0722

### Ouvidoria BB

Atendimentos não solucionados (mediante protocolo no SAC)

0800 729 5678

### Deficientes Auditivos ou de Fala

0800 729 0088

481212329

0251

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS

=====

BANCO DO BRASIL S.A.

=====

00190000040161078800036849265180155860000185625

NOSSO NUMERO 16107880036849265

CONVENIO 01610788

SISTEMA DJO -- DEPOSITO JUDICIAL

AGENCIA/COD. CEDENTE 2234/99747159

DATA DE VENCIMENTO 22/01/2013

DATA DO PAGAMENTO 24/10/2012

VALOR DO DOCUMENTO 1,856,25

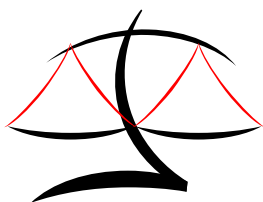
VALOR COBRADO 1,856,25

DADOS CHEQUE: 001 001 1769 706,440,002 602,975

=====

NR. AUTENTICACAO 4.5BE,8EA,8C0,11A,6F9

LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,  
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.



José Maria de Araújo Costa  
**ADVOCACIA & CONSULTORIA**  
**CNPJ - 11.407.621/0001-00**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE VALENÇA DO PIAUÍ-PI.

**Autos nº: 0010786-51.2012.818.0117**

**NACES FRANCISCO DE SOUZA CRUZ**, já devidamente qualificado nos autos da presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO DPVAT**, que move contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, por intermédio de seu advogado que esta subscreve, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, ciente do depósito do valor de **R\$ 1.856,25 (hum mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos)** pelo Réu neste Juízo, requerer o levantamento da referida importância, para tanto se expedindo o competente **ALVARÁ**.

Diante deste fato, requer também o arquivamento dos autos com as formalidades de estilo.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Termos em que  
Pede deferimento.

Valença Do Piauí, 08 de novembro de 2012.

**JOAQUIM RONALDO DA SILVA SANTOS**  
Advogado OAB/PI 8509



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ  
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE VALENÇA  
Rua Eurípedes Martins, S/N, Centro, CEP 64300-000  
Fonc: 0XX(89) 3465 1618

PROCESSO Nº 0010786-51.2012.818.0117

Requerente: NACES FRANCISCO DE SOUZA CRUZ

Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

ALVARÁ DE LEVANTAMENTO

O Doutor JOSÉ OSVALDO DE SOUSA, Juiz de Direito Titular do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Valença do Piauí, Estado do Piauí, no uso da sua competência e atendendo o que ficou decidido no processo acima referenciado,

AUTORIZA, ao Ilustríssimo Senhor Gerente do Banco do Brasil, Agência 2761, ou quem suas vezes fizer, a entregar ao Sr(a). NACES FRANCISCO DE SOUZA CRUZ, portador do RG nº 275018106, expedida pela SSP/SP e CPT nº 329 082 455-15, a importância de R\$ 1.856,25 (hum mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos), com os acréscimos legais, depositada à disposição deste Juízo, no processo em referência, conforme comprovante de depósito judicial, da conta Judicial ID nº 081220000000162616. O presente alvará é expedido em virtude da parte interessada ter requerido o levantamento da importância depositada. Dado e passado nesta cidade de Valença do Piauí, em 08 de novembro de 2012. Eu, Carlos Wellington Monteiro Veloso - Diretor de Secretaria, subscrevo.

JOSÉ OSVALDO DE SOUSA

Juiz de Direito

RECEBI

Cartão de Recebimento de Valores em Dinheiro

Recebido em 09.11.2012.

NACES FRANCISCO DE SOUZA CRUZ